

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
A 31 DE MAIO DE 2014
RELATÓRIO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014**

ÍNDICE

PARTE I

1. AUDITORIA DO PROJETO

- 1.1 - Relatório Especial dos Auditores Independentes
- 1.2 - Demonstração de Fluxo de Caixa
- 1.3 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto
- 1.4 - Informações Financeiras Complementares
- 1.5 - Relatório sobre o Cumprimento de Cláusulas Contratuais
- 1.6 - Relatório dos Auditores sobre o Sistema de Controle Interno

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014**

PARTE I

1. AUDITORIA DO PROJETO

1.1 - Relatório dos Auditores Independentes

Matriz
São Paulo - SP
Rua Senador Paulo Egídio, 72 – Conj. 1.009 – Sé
São Paulo – SP – CEP: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial
Rio de Janeiro - RJ
Av. Pres. Vargas, 509 – 3º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório
Brasília - DF
SCS – Quadra 06 – Bl. A – Conj. 402
Edifício Carioca – Brasília – DF – CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

RELATÓRIO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Senhor Secretário da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO- SEPLAG

1 - Examinamos a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período compreendido entre 17 de dezembro de 2013 e 31 de maio de 2014, bem como a alocação orçamentária dos recursos do financiamento e o seu ingresso em conta bancária relativamente ao desembolso dos recursos da primeira e segunda parcela do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco – **PROCONFIS PE**, elaborada pela Secretaria de Planejamento e Gestão – **SEPLAG/PE**, financiado integralmente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento-**BID** através do Contrato de Empréstimo N° 3039/OC-BR.

2 - Responsabilidade da Administração

A administração do Programa é responsável pela elaboração e apresentação confiável dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Contabilidade para Instrumentos Financeiros e pelos controles internos que considerar necessários para que essas demonstrações estejam isentas de distorções materiais devido a fraudes ou erros.

3 - Responsabilidade dos Auditores

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria. Realizamos nossa auditoria de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, bem como requisitos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – **BID** e o Termo de Referência de serviços de auditoria independente, aplicável a projeto baseado em políticas - PBL (*Policy Based Loan*), do **Banco**. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais nas demonstrações financeiras decorrentes de fraudes ou erros.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos adotados pela Entidade relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras confiáveis, para o planejamento de procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não sendo seu propósito opinar sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação geral da apresentação das demonstrações financeiras. Consideramos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas como base para nossa opinião de auditoria.

Tal como descrito na nota Nº 2 a demonstração do Fluxo de Caixa foi preparada sobre a base contábil de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para instrumentos financeiros sobre a base contábil de caixa. A base contábil de caixa reconhece as transações e os fatos somente quando os valores são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de caixa.

4 - Base para Opinião

O valor do desembolso, no montante de US\$ 400.000.000,00, foi depositado pelo BID em duas parcelas iguais de US\$ 200.000.000, no Banco do Brasil, Agência Nova Iorque (Nº 1.608-X) conta corrente Nº 10571982, cujas internalizações ocorreram em 23 de dezembro de 2013, a taxa de cambio de R\$ 2,3585 e em 26 de maio de 2014 ao câmbio de R\$2,22 para a conta mantida no Banco do Brasil S/A na Cidade de Recife – PE, Agência Nº 3.234/4 - Conta Nº 6.316-9 – GEPE-SEFAZ-OPCRED, correspondente ao total de R\$ 915.700.000.

Dos recursos do Contrato de Empréstimo Nº 3039/OC-BR, R\$ 893.965.912 (US\$ 390.209.870) foram contemplados na Lei Orçamentária do Nº 15.202, de 17 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em 18 de dezembro de 2013 e devidamente alocados em contas orçamentárias específicas do Programa, produzindo seus efeitos a partir 1º de janeiro de 2014, conforme previsto na Cláusula 2.01(b) das Disposições Especiais. E o saldo de R\$ 21.734.088 (US\$ 9.790.130) será contemplado por decisão do Governo, em reformulação orçamentária de 2014 ou no orçamento de 2015, conforme comentários contido na Nota 5.

5 - Opinião

Em nossa opinião, conforme descrito no parágrafo 4 - Base para Opinião, a demonstração financeira mencionada no parágrafo primeiro, apresenta adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, o Fluxo de Caixa referente ao período compreendido entre 23 de dezembro de 2013 e 31 de maio de 2014, bem como a alocação orçamentária dos recursos do financiamento prevista na Cláusula 2.01(b) das Disposições Especiais e o seu ingresso em conta bancária do mutuário específica do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco – **PROCONFIS PE**, em conformidade com a norma contábil mencionada no parágrafo 3 e as políticas contábeis descritas na nota Nº 2.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8


Jorge Luiz Ferreira Moraes
Contador
CRC-RJ- 043.479/O-2

Rio de Janeiro,
15 de agosto de 2014

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014**

1. AUDITORIA DO PROJETO

1.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Captação - SEPOC

PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE
PERNAMBUCO-PROCONFINS/PE
(CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/ OC-BR)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
Período de 22 de dezembro de 2013 a 31 de maio de 2014
VALORES EXPRESSOS EM DÓLARES NORTE-AMERICANOS (US\$)

	BID	Contrapartida	TOTAL
1.00.00 RECURSOS RECEBIDOS	400.000.000,00	-	400.000.000,00
1.01.00 Acumulado ao começo do período	-	-	-
1.02.00 Durante o Período	400.000.000,00	-	400.000.000,00
1.02.01 Desembolsos (Antecipações / Fundo Rotativo, reembolsos pagos diretos e reembolso contra garantia de carta de crédito)	400.000.000,00	-	400.000.000,00
1.02.02 Juros recebidos	-	-	-
1.02.03 FIV	-	-	-
1.02.04 Outros	-	-	-
2.00.00 DESEMBOLSOS EFETUADOS	390.209.870,05	-	390.209.870,05
2.01.00 Acumulado ao começo do período	-	-	-
2.02.00 Durante o Período	390.209.870,05	-	390.209.870,05
2.02.01 Solicitação de Reembolso / Justificativa de Desembolso apresentada ao BID	-	-	-
2.02.02 Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Conprovação / Justificação	-	-	-
2.02.03 FIV	-	-	-
2.02.04 Alocação Orçamentária	390.209.870,05	-	390.209.870,05
3.00.00 SALDO PENDENTE DE ALOCAÇÃO	9.790.129,95	-	9.790.129,95

As Notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.


EDILBERTO XAVIER DE ALBUQUERQUE JUNIOR
Secretário Executivo de Planejamento, Orçamento e Captação

Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Captação - SEPOC

PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE
PERNAMBUCO-PROCONFINS/PE
(CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/ OC-BR)

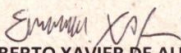
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Período de 22 de dezembro de 2013 a 31 de maio de 2014

VALORES EXPRESSOS EM REAIS (R\$)

		BID	Contrapartida	TOTAL
1.00.00	RECURSOS RECEBIDOS	915.700.000,00	-	915.700.000,00
1.01.00	Acumulado ao começo do período	-	-	-
1.02.00	Durante o Período	915.700.000,00	-	915.700.000,00
1.02.01	Desembolsos (Antecipações / Fundo Rotativo, reembolsos pagos diretos e reembolso contra garantia de carta de crédito)	915.700.000,00	-	915.700.000,00
1.02.02	Juros recebidos	-	-	-
1.02.03	FIV	-	-	-
1.02.04	Outros	-	-	-
2.00.00	DESEMBOLSOS EFETUADOS	893.965.911,52	-	893.965.911,52
2.01.00	Acumulado ao começo do período	-	-	-
2.02.00	Durante o Período	893.965.911,52	-	893.965.911,52
2.02.01	Solicitação de Reembolso / Justificativa de Desembolso apresentada ao BID	-	-	-
2.02.02	Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Conprovação / Justificação	-	-	-
2.02.03	FIV	-	-	-
2.02.04	Alocação Orçamentária	893.965.911,52	-	893.965.911,52
3.00.00	SALDO PENDENTE DE ALOCAÇÃO	21.734.088,48	-	21.734.088,48

As Notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.


EDILBERTO XAVIER DE ALBUQUERQUE JUNIOR

Secretário Executivo de Planejamento, Orçamento e Captação

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014**

1. AUDITORIA DO PROJETO

1.3 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto

**PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO-PROCONFINS/PE**

CONTRATO DE EMPRESTIMO Nº 3039/ OC-BR

NOTAS EXPLICATIVAS

**às Demonstrações Financeiras para o período de
22 de dezembro de 2013 a 31 de maio de 2014**

NOTA 1 - Objetivo

O Programa apoiará ações de políticas dirigidas a: (i) Estabilidade econômica e sustentabilidade fiscal; (ii) Gestão das receitas públicas; (iii) Gestão financeira e controle de gastos públicos; e (iv) Gestão de investimentos públicos e promoção de investimentos privados. Dessa forma, o Programa objetiva viabilizar um nível sustentável de investimentos que apoiem a continuidade do desenvolvimento do Estado de Pernambuco por meio da manutenção de um marco fiscal de médio prazo, da ampliação da arrecadação de receitas, da melhoria da gestão dos investimentos públicos e da promoção dos investimentos privados.

NOTA 2 – Prática contábil

A política contábil adotada pelo Estado para o registro do ingresso dos recursos da Operação de Crédito PROCONFIS – BID, no Sistema financeiro-contábil e-Fisco - Solução Corporativa para Gestão Estadual, adotou-se o regime orçamentário de caixa com base no art. 35 da Lei 4320/1964, onde se registra as receitas quando do recebimento dos recursos. (Regime de Caixa)

NOTA 3 – Critério de Conversão de Moedas

Os registros do programa são feitos em moeda local convertendo ao dólar dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio vigente na data do recebimento, que pode ser a taxa de câmbio vigente na data da transação. O saldo pendente de alocação foi convertido pela taxa de câmbio de internalização do último desembolso.

NOTA 4 - Ingresso dos recursos

O total dos recursos recebidos foi de **R\$915.700.000,00 (novecentos e quinze milhões e setecentos mil reais)** divididos em duas *tranches*. Os recursos desta operação foram contabilizados na Fonte de Recurso **0137000000 – PBL (BID)** no sistema e-Fisco.


- a. **1ª Tranche:** Ingresso 1ª parcela realizada em dezembro de 2013 convertida pela taxa de câmbio do dia 23/12/2013, data de sua internalização e contabilizada no sistema *e-Fisco* no valor de **R\$ 471.700.000,00 (quatrocentos e setenta e um mil e setecentos reais).**

Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Captação - SEPOC

- b. **2ª Tranche:** Ingresso da 2ª parcela realizada em maio de 2014 e contabilizada no sistema *e-Fisco* na data de 23/05/2014, data de liberação do recurso pelo BID, no valor de R\$ 447.200.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil e duzentos reais), com base na taxa de Câmbio arbitrada. O valor do câmbio foi ajustado na data de sua internalização (26/05/2014) totalizando o montante final de **R\$ 444.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões de reais).**

NOTA 5 – Recursos pendentes de Alocação

Do total de **R\$ 915.700.000,00 (US\$ 400.000.000,00)** ingressados, **R\$ 893.965.911,52 (US\$ 390.209.870,05)** encontram-se alocados para execução dos programas objeto do contrato de empréstimo. O valor restante de **R\$ 21.734.088,48 (US\$ 9.790.129,95)**, pendente de alocação, por decisão do Governo, será utilizado em investimentos através de reformulação orçamentária em 2014 ou no orçamento de 2015.


EDILBERTO XAVIER DE ALBUQUERQUE JUNIOR
Secretário Executivo de Planejamento, Orçamento e Captação

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014**

1 - AUDITORIA DO PROJETO

1.4 Informações Financeiras Complementares

- 1.4.1. Quadro Resumo do Detalhamento da Despesa por Secretaria**
- 1.4.2. Alocação e execução dos recursos por Unidades Orçamentárias**
- 1.4.3 Alocação e execução dos recursos por Programas de Governo**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO 17 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014**

**1.4.1 QUADRO RESUMO DO DETALHAMENTO DA DESPESA POR UNIDADES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FISCAL 2014**

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR
SECRETARIAS	478.017.835
DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM	65.747.232
FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – FEM-	143.942.794
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS - CEHAB	63.853.455
FUNDAÇÕES	61.612.639
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	56.721.915
CONSÓRCIO DE TRANSPORTES E EMPRESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	12.520.042
INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO – IRH – PE	7.860.000
GABINETE DO GOVERNADOR	3.690.000
SUBTOTAL	893.965.912
SALDO PENDENTE DE ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21.734.088
TOTAL	915.700.000

O saldo pendente de alocação, no montante de R\$ 21.734.088 (US\$ 9.790.130) será contemplado por decisão do Governo, em reformulação orçamentária de 2014 ou no orçamento de 2015, conforme comentários contido na Nota 5 às demonstrações financeiras.

**RESUMO DA SITUAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCONFIS NO ORÇAMENTO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

a. Alocação e Execução dos Recursos por Unidade Orçamentária

Dos recursos já alocados para uso, R\$ 479.854.147,14 já foram liquidados pelas Unidades Orçamentárias.

Unidades Orçamentárias	LOA 2014 Atualizada (07/08/2014)	Despesa Liquidada (07/08/2014)
SECRETARIA DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	223.234.116,65	110.523.563,28
FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - FEM - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	143.942.793,58	75.565.301,15
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	98.114.223,91	72.917.536,17
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO - DER-PE	65.747.231,77	25.132.616,63
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS - CEHAB	63.853.455,41	23.491.507,86
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDAC	58.039.342,28	22.632.348,64
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES-PE - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	56.721.915,19	41.015.001,78
SECRETARIA EXECUTIVA DE RECURSOS HIDRICOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	53.802.247,34	44.277.628,99
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	43.471.530,86	31.531.278,56
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO - SERES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	22.213.830,74	10.761.921,71
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	18.170.660,00	4.117.340,63
CONSÓRCIO DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE - CTM	12.000.000,00	-
SECRETARIA DE TURISMO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.008.376,74	4.604.732,88
INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH-PE	7.860.000,00	1.135.874,82
GABINETE DO GOVERNADOR - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.690.000,00	3.541.538,90
FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FACEPE	3.232.396,71	2.611.550,18
SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO REGIONAL	2.800.000,00	1.386.397,82
SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA E AGRÁRIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.800.000,00	1.693.324,04
SECRETARIA DA MULHER - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.379.074,93	184.674,94
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DE 2014 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.305.000,00	1.257.995,40
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.138.157,71	1.138.157,71
SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPORTES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	725.000,00	-
EMPRESA PERNAMBUCANA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - IPA	439.123,00	46.350,00
SECRETARIA DA CASA MILITAR - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	408.110,65	-
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	320.000,00	160.000,00
FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO - FUNDARPE	265.000,00	-
SECRETARIA EXECUTIVA DOS ESPORTES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	127.505,05	127.505,05
EMPRESA PERNAMBUCANA DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - EPTI	80.919,00	-
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS	75.900,00	-
Total geral	893.965.911,52	479.854.147,14

Extração de dados do e-Fisco (07/08/2014)


Adriano Andrade
Gerente Geral de Controle
de Financiamentos
SEPLAG


Edilberto Xavier Jr.
Secretário Executivo de Planejamento,
Orçamento e Captação
SEPLAG

b. Alocação e Execução dos Recursos por Programa de Governo

Programa de Governo	LOA 2014 Atualizada (07/08/2014)	Despesa Liquida (07/08/2014)
1020 JUNTOS POR PERNAMBUCO - FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EM ÁREAS ESTRATÉGICAS ATRAVÉS DO F	143.942.793,58	75.565.301,15
1021 MELHORAMENTO DA MOBILIDADE URBANA PARA A COPA 2014	140.965.280,54	67.132.747,09
1022 MELHORIA DA HABITABILIDADE	111.340.247,54	49.184.110,25
998 APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO MODELO DE GESTÃO	85.200.996,12	64.085.420,38
927 AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA MALHA VIÁRIA DO ESTADO - CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO	65.747.231,77	25.132.616,63
901 AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	58.039.342,28	22.632.348,64
902 EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO EM SAÚDE	56.222.115,19	40.542.264,94
1031 MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA	40.625.531,89	24.524.762,59
910 AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	39.877.839,89	37.178.332,14
872 AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	33.079.777,15	21.462.990,37
1023 MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO	22.213.830,74	10.761.921,71
912 AMPLIAÇÃO DO CONTROLE PERMANENTE DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE	16.415.500,00	4.117.340,63
1028 REDUÇÃO DOS EFEITOS DAS CATÁSTROFES NATURAIS E ENXURRADAS	13.008.774,45	7.071.118,27
1026 OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICO DE PASSAGEIROS - STTP/RMR	12.000.000,00	-
1064 VIABILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA À INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	10.391.753,71	10.068.288,19
737 PRODETUR NACIONAL PERNAMBUCO	8.875.200,23	4.593.503,02
141 ATENDIMENTO À SAÚDE DOS SERVIDORES BENEFICIÁRIOS DO SASSEPE	7.536.000,00	891.631,82
1060 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E OFERTA DE LOTES URBANIZADOS	6.670.000,00	2.005.567,00
985 APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DO GABINETE DO GOVERNADOR	3.690.000,00	3.541.538,90
900 EXPANSÃO, DIVERSIFICAÇÃO, INTERIORIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA BASE DE COMPETÊNCIAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS C	3.232.396,71	2.611.550,18
1071 PROGRAMA GOVERNO PRESENTE DE AÇÕES INTEGRADAS PARA CIDADANIA	2.800.000,00	1.386.397,82
772 APOIO AO SISTEMA DE PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁ	1.800.000,00	1.093.324,04
986 APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	1.755.160,00	-
1063 VIABILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CIDADE DA COPA	1.305.000,00	1.257.995,40
956 APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA DA MULHER	770.612,29	184.674,94
1036 GESTÃO DOS RECURSOS ENERGÉTICOS DO ESTADO	700.000,00	16.000,00
736 PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA COPA DO MUNDO 2014 - PERNAMBUCO NA COPA	650.000,00	-
1009 ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DAS MUDANÇAS DO CLIMA	618.823,51	618.823,51
1021 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES	550.428,64	-
988 CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ESTADO	519.334,20	519.334,20
1033 MELHORIA DA ATENÇÃO À SAÚDE	499.800,00	472.736,84
71 GESTÃO DA DEFESA CIVIL DO ESTADO	408.110,65	-
90 APOIO ÀS AÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	363.973,00	46.350,00
1061 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	324.000,00	244.243,00
111 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO	320.000,00	160.000,00
938 APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DA COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS - CEHAB	294.399,88	-
929 AMPLIAÇÃO, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ESTADO	265.000,00	-
611 GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DE PERNAMBUCO	215.633,00	12.178,58
1002 PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PERNAMBUCO ESPORTIVO - CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO	127.505,05	127.505,05
957 APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA DAS CIDADES	105.340,00	-
752 IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS	80.919,00	-
997 AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	75.900,00	-
967 APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO - IPA	75.150,00	-
246 DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA EM MUNICÍPIOS E NO DISTRITO DE FERNANDO DE NORONHA	75.000,00	-
900 ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS PARA A COPA 2014	68.685,73	-
925 AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TURISMO	64.490,78	11.229,86
70 FORTALECIMENTO SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E CULTURAL DAS MULHERES	58.034,00	-
Total geral	893.965.911,52	479.854.147,14

Extração de dados do e-Fisco (07/08/2014)


Adriano Andrade
Gerente Geral de Controle
de Financiamentos
SEPLAG


Edilberto Xavier Jr.
Secretário Executivo de Planejamento,
Orçamento e Captação
SEPLAG

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014**

1 - AUDITORIA DO PROJETO

1.5. Relatório dos Auditores sobre o Cumprimento de Cláusulas Contratuais

Matriz
São Paulo - SP
Rua Senador Paulo Egidio, 72 – Conj. 1.009 – Sé
São Paulo – SP – CEP: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial
Rio de Janeiro - RJ
Av. Pres. Vargas, 509 – 3º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório
Brasília - DF
SCS – Quadra 06 – Bl. A – Conj. 402
Edifício Carioca – Brasília – DF – CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE CARÁTER CONTÁBIL-FINANCEIRO-GERENCIAL

**Ilmo. Senhor Secretário da
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO-
SEPLAG**

Realizamos uma auditoria da Demonstração de Fluxo de Caixa referente ao período de 23 de dezembro de 2013 a 31 de maio 2014, elaborada pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco – **SEPLAG/PE**, do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco – **PROCONFIS-PE** financiado integralmente com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento-**BID** – contrato de empréstimo N° 3039/OC-BR e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de **15 de agosto de 2014**.

Com relação a nossa auditoria, examinamos o cumprimento das Cláusulas e Artigos Contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidos nas Disposições Especiais e Normas Gerais do Contrato de Empréstimo N°. 3039/OC-BR, no que coube única e exclusivamente à liberação e ingresso dos recursos do referido financiamento.

Examinamos as Disposições Especiais descritas nos Capítulos Primeiro ao Sexto e os Artigos 4.01, 4.02, 4.04, 701 e 7.02 das Normas Gerais.

Realizamos nossa auditoria em conformidade com Normas Internacionais de Auditoria e os requisitos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – **BID** e o Termo de Referência para Auditoria Independente do Programa elaborado pelo **Banco**. Essas normas requerem o devido planejamento e execução de Auditoria para obter uma razoável certificação de que a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco - **SEPLAG** cumpriu às cláusulas pertinentes do Contrato de Empréstimo e as Leis e Regulamentos aplicáveis, bem como as disposições contidas nas Normas Gerais do Programa. A Auditoria incluiu o exame, baseado em provas, de evidência apropriada. Consideramos que nossa Auditoria proporciona uma base razoável para nossa opinião.

1. **FORAM CUMPRIDOS OS SEGUINTE PRINCIPAIS DISPOSITIVOS CONTRATUAIS:**

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II

CLÁUSULA 2.01 - Objeto e Uso dos Recursos

(a) O Empréstimo tem por objeto apoiar a execução de um programa de reforma de políticas com o objetivo de viabilizar um nível sustentável de investimentos que apoiem a continuidade do desenvolvimento do Estado de Pernambuco por meio da manutenção de um marco fiscal de médio prazo, da ampliação da arrecadação de receitas, da melhoria da gestão dos investimentos públicos e da promoção dos investimentos privados.

(b) Os recursos a serem obtidos por intermédio deste Empréstimo deverão constar na Lei Orçamentária Anual do Mutuário, nas categorias econômicas e fontes específicas à época do respectivo desembolso.

A Lei Orçamentária do Nº 15.202, de 17 de dezembro de 2013, contemplou o valor de R\$ 893.965.912 (US\$ 390.209.870) deste Contrato de Empréstimo, em categoria econômica e fonte específica conforme publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em 18 de dezembro de 2013. E o saldo de R\$ 21.734.088 (US\$ 9.790.130) será contemplado por decisão do Governo, em reformulação orçamentária de 2014 ou no orçamento de 2015, conforme comentários contido na Nota 5 às demonstrações financeiras.

(c) O Programa apoiará ações de políticas dirigidas a: (i) manter a sustentabilidade fiscal; (ii) incrementar a arrecadação do ICMS; (iii) melhorar a eficiência e a transparência do gasto público; (iv) fortalecer a gestão dos investimentos públicos; e (v) promover os investimentos privados.

As evidências apontam que o Mutuário vem utilizando os recursos para os fins específicos do Programa, cujos resultados deverão ser acompanhados.

(d) O Mutuário não poderá utilizar os recursos do Empréstimo para financiar os gastos descritos na Cláusula 2.05 destas Disposições Especiais. Os recursos do Empréstimo poderão ser utilizados para financiar os itens a que se referem à Cláusula 1.09 das Disposições Especiais e o Artigo 3.06 das Normas Gerais.

Não foi observada alocação de recursos em gastos descritos na Cláusula 2.05 das Disposições Especiais.

(e) O Banco realizará o desembolso do Empréstimo em até duas parcelas. A primeira Parcela poderá ser realizada no montante de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Dólares) e a segunda poderá ser realizada no montante de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de

Dólares). Cada um dos desembolsos requererá o cumprimento das condições prévias correspondentes, estabelecidas neste Contrato.

*O **BID** desembolsou o valor do empréstimo, no montante de US\$ 400 milhões de dólares, em duas parcelas iguais de US\$ 200.000.000, cujas internalizações ocorreram respectivamente nas datas de 23 de dezembro de 2013 e 26 de maio de 2014, correspondente ao total de R\$ 915.700.000 (novecentos e quinze milhões e setecentos mil reais).*

CLÁUSULA 2.02. Condições especiais prévias a todos os desembolsos de recursos do Empréstimo. Os desembolsos do Empréstimo estão sujeitos a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatório, além das condições prévias e requisitos estipulados nos Artigos 4.01 e 4.03 das Normas Gerais.

(c) Manutenção de conta especial a que se refere o Artigo 4.01 (c) das Normas Gerais, na qual o Banco depositará os recursos do Empréstimo.

O mutuário abriu e mantém conta especial para depósito dos recursos do empréstimo no Banco do Brasil – Agência nº 1.608 – X em Nova Iorque - conta nº 10571982.

CLÁUSULA 2.03 - Condições especiais prévias ao desembolso da primeira parcela do Empréstimo.

O Mutuário cumpriu com os requisitos estipulados nos Artigos 4.01 e 4.03 das Normas Gerais e na Cláusula 2.02 (e) acima. A liberação da primeira parcela ocorreu em 23 de dezembro de 2013.

CAPÍTULO IV

CLÁUSULA 4.01 - Registros, Avaliações e Relatórios. Os recursos do Financiamento deverão ser depositados em uma conta especial ou contas especiais exclusivas para o Programa. O Mutuário se compromete a manter registros contábeis separados e um sistema adequado de controle interno, de acordo com o disposto no Artigo 7.01 das Normas Gerais.

*Os recursos provenientes da primeira parcela desembolsados pelo **BID** foram depositados no Banco do Brasil NY, agência 1.608-X - conta nº 10571982. A internalização do primeiro desembolso ocorreu em 23/12/2013 e a segunda em 23/05/ 2014, tendo sido os recursos dessas internalizações depositados no Banco do Brasil S/A, Agência Nº 3234-4 Conta Nº 6316-9 – GEPE/SEFAZ.*

*O Executor vem mantendo registros e controles adequados, bem como apresenta relatórios e demonstrações financeiras de acordo com as disposições do Contrato. A movimentação dos recursos financeiros alocados ao Programa encontra-se inserida juntamente com a contabilização das ações do Estado, que mantém sistemas contábeis, orçamentários e de gestão financeira, através da **Solução Corporativa para Gestão Estadual - e-FISCO** de acord*

com os padrões de contabilidade pública estabelecidos no Brasil, com base na Lei Federal nº 4.320/64, para registro de contas de acordo com consistentes padrões contábeis utilizados, aceitáveis pelo Banco.

*Os demonstrativos financeiros foram elaborados, para apresentação ao **BID**, com base nos registros contábeis (**e-FISCO**) e informações obtidas da SEFAZ, organizadas pelo Órgão Coordenador – SEPOC os quais podem ser identificados com os registros contábeis mantidos pelo Estado.*

CLÁUSULA 4.02 - Auditorias. De acordo com o estabelecido no Artigo 7.01 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco, mediante solicitação, dentro dos 90 (noventa) dias seguintes a tal solicitação, um relatório financeiro auditado sobre a alocação de dotações orçamentárias dos recursos do Financiamento. Esse relatório será auditado por empresa de auditoria independente autorizada pelo Banco e apresentado de acordo com termos de referência previamente aprovados pelo Banco.

O Órgão Executor está apresentando, nesta data, o relatório de auditoria referente à liberação do valor total do empréstimo.

NORMAS GERAIS

CAPÍTULO IV

ARTIGO 4.01 - Condições prévias ao primeiro desembolso. Os primeiros desembolsos do Empréstimo estarão condicionados a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:

(a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados, com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes no sentido de que as obrigações contraídas pelo Mutuário, neste Contrato e pelo Fiador no contrato de garantia, se for o caso, são válidas e exigíveis. Os referidos pareceres deverão, ademais, abranger o exame de qualquer consulta de natureza jurídica que, razoavelmente, o Banco considere cabível formular.

Examinamos Pareceres Jurídicos elaborados pela Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ambos datados de 18 de dezembro de 2013.

(b) Que o Mutuário, diretamente ou por meio do Órgão Executor, se pertinente, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Contrato e que tenha feito chegar ao Banco exemplar autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.

O Mutuário encaminhou ao BID a designação dos funcionários para representá-lo em todos os atos relacionados à execução do contrato, através do Ofício SEPLAG Nº 1.112/13-GS de 14 de novembro de 2013.

(c) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha comprovado perante o Banco que abriu a conta bancária especial na qual o Banco depositará os desembolsos do Empréstimo Nº 3039/OC-BR.

O Mutuário procedeu à abertura da conta no Banco do Brasil NY, agência 1.608-X conta 10571982 para o recebimento dos recursos do empréstimo;

(d) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, apresente um pedido de desembolso nos termos indicados no Artigo 4.03 destas Normas Gerais.

Examinado pedidos de desembolsos, da primeira parcela no valor de US\$ 200.000.000,00, datado de 17 de dezembro de 2013, e da segunda parcela no mesmo valor, datado de 16 de abril de 2014.

Artigo 4.02 Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso

*O primeiro desembolso foi liberado pelo **BID** em 20 de dezembro de 2013.*

Artigo 7.01 - Controle interno e registros

O Órgão Executor mantém um adequado sistema de controles internos contábeis e administrativos.

*A movimentação dos recursos financeiros alocados ao Programa encontra-se inserida juntamente com a contabilização das ações do Estado, que mantém sistemas contábeis, orçamentários e de gestão financeira, através da **Solução Corporativa para Gestão Estadual - e-FISCO** de acordo com os padrões de contabilidade pública estabelecidos no Brasil, com base na Lei Federal nº 4.320/64, para registro de contas de acordo com consistentes padrões contábeis utilizados, aceitáveis pelo Banco.*

Esse sistema somente reflete as transações realizadas em moeda local, não permitindo: registros em dólares norte americanos; acumulação dos saldos desde o início do Programa; contabilização por componentes; elaboração direta dos demonstrativos financeiros do Programa, e demais informações gerenciais de controle do Programa, conforme exigidos pelo Banco.

Desta forma, os demonstrativos estão sendo elaborados, para adequada formatação em planilhas EXCEL, para apresentação ao BID, com base nas informações extraídas do “e-FISCO”.

Artigo 7.02 - Inspeções

*Não identificamos quaisquer óbices às iniciativas do **Banco** para as inspeções efetuadas, bem como para a realização dos nossos trabalhos.*

4 – Em nossa opinião, o mutuário cumpriu, em todos os seus aspectos substanciais às cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro, necessárias à liberação dos recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco – **PROCONFIS- PE** e as leis e os regulamentos aplicáveis.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8


Jorge Luiz Ferreira Moraes
Contador
CRC-RJ- 043.479/O-2

Rio de Janeiro,
15 de agosto de 2014

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3039/OC-BR
PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014**

1 - AUDITORIA DO PROJETO

1.5 - Relatório dos Auditores sobre o Sistema de Controle Interno

Matriz
São Paulo - SP
Rua Senador Paulo Egídio, 72 – Conj. 1.009 – Sé
São Paulo – SP – CEP: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial
Rio de Janeiro - RJ
Av. Pres. Vargas, 509 – 3º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório
Brasília - DF
SCS – Quadra 06 – Bl. A – Conj. 402
Edifício Carioca – Brasília – DF – CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Ilmo. Senhor Secretário da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

1. Realizamos uma auditoria da Demonstração de Fluxo de Caixa referente ao período de 23 de dezembro de 2013 a 31 de maio de 2014, do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco – PROCONFIS-PE, financiado integralmente com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento-**BID**, conforme o Contrato de Empréstimo N° 3039/OC-BR, cujo relatório foi emitido em **15 de agosto de 2014**.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas

2. A Administração do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco – PROCONFIS-PE é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. O cumprimento dessa responsabilidade requer juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma certeza razoável, embora não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizados, de que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que a eficácia da formulação e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.
3. Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do Programa, referentes ao período de 23 de dezembro de 2013 e 31 de maio de 2014 obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar nossos procedimentos de auditoria com o propósito de emitir uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras do Projeto e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco – **PROCONFIS-PE** é financiado integralmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – **BID** através do Contrato de Empréstimo Nº 3039/OC-BR e sua execução se processa por meio da seguinte estrutura organizacional básica: (a) Órgão Executor – Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAG-PE); (b) Órgão Coordenador – Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Captação vinculada à SEPLAG-PE (SEPOC);

A SEPLAG-PE e a SEPOC foram criadas através do Decreto nº 36.102, de 18 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 19 de janeiro de 2011.

O Senhor Secretário de Planejamento indicou o Secretário Executivo de Planejamento, Orçamento e Captação como responsável pela coordenação do PROCONFIS-PE junto ao BID, através do Ofício SEPLAG nº 1112/13-GS, enviado ao BID em 14 de novembro de 2013.

A SEPOC possui, na sua estrutura, Gerência Geral de Controle dos Financiamentos (GGCF), criada também através do Decreto nº 36.102/11, que está responsável pela gestão da operação, com as atribuições de:

- Interação com os especialistas e consultores do BID;
- Levantamento de informações e acompanhamento das ações realizadas junto às Setoriais Coexecutoras (Secretarias e Órgãos responsáveis pela implantação das políticas públicas previstas no Programa);
- Interação com o Governo Federal nas fases de aprovação e contratação da Operação de Crédito;
- Elaboração de relatórios de execução, apuração de indicadores, atas de reuniões, ajuda-memória de missões, dentre outros documentos e informações necessários à execução do Programa.

A SEPOC de acordo com estrutura registrada em Manual Operacional da SEPLAG-PE (não publicado), está dividida nos seguintes departamentos:

1. Gerência Geral de Planejamento e Orçamento

1.1. Gerência de Suporte ao Planejamento Plurianual

1.2. Gerência de Orçamento do Estado

1.2.1. Gerência de Estudos Orçamentários, Acompanhamento e Avaliação

1.2.2. Gerência de Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento e Orçamento

1.2.3. Gerência de Elaboração Orçamentária, Articulação e Orientação.

2. Gerência Geral de Controle de Financiamentos

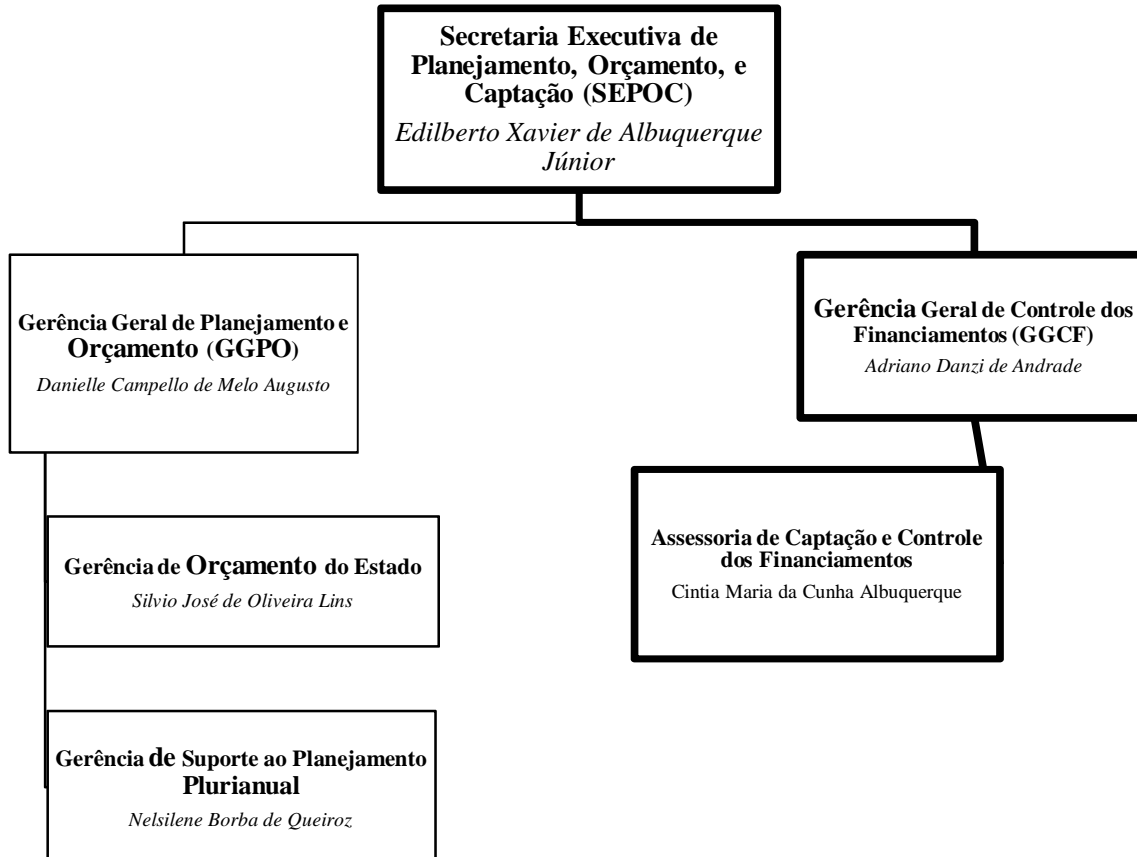
2.1. Assessoria de Captação e Controle de Financiamentos

Cabe à Gerência Geral de Controle dos Financiamentos: coordenar as fases de prospecção, preparação, negociação, monitoramento e acompanhamento de financiamentos de caráter multissetorial para os projetos estratégicos do Governo; e supervisionar e orientar tecnicamente as Secretarias e Unidades Orçamentárias acerca do processo de captação, de acompanhamento e da prestação de contas das operações de financiamento do Estado; promover o relacionamento do Estado com organizações nacionais e internacionais de financiamento; oferecer apoio às demais Secretarias de Estado ao processo de captação, de acompanhamento e da prestação de contas das operações de financiamento.

À Assessoria de Captação e Controle de Financiamentos, por sua vez, cabe: coordenar os programas de financiamento e parcerias para ações desenvolvidas no Estado; estruturar e gerenciar sistema permanente de monitoramento dos recursos financeiros alocados a programas e ações desenvolvidas no Estado;

Essa estrutura se mostra suficiente para as finalidades do Projeto, desde que adotada metodologia e critérios de registros e arquivamento adequados.

ORGANOGRAMA SEPOC. EM DESTAQUE OS DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA COORDENAÇÃO DO PROCONFIS-PE.



4.1 Execução:

O valor previsto para execução do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento – **PROCONFIS/PE**, é da ordem de US\$ 400.000.000 (Quatrocentos milhões de dólares norte americanos), tendo sido liberado em 2 (duas) parcelas de US\$ 200.000.000 (duzentos milhões de dólares), financiados através do Contrato de Empréstimo nº 3039/OC-BR e tendo como Órgão Executor a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco –**SEPLAG/PE**.

O **BID** efetuou o primeiro desembolso no valor de US\$ 200.000.000 (duzentos milhões dólares) em 20 de dezembro de 2013, tendo sido os recursos internalizados em 23 de dezembro de 2013 e o segundo desembolso foi liberado em 23 de maio de 2014.

O nosso exame abrangeu a liberação total dos recursos do financiamento do Contrato de Empréstimo em tela.

5. Controle Interno

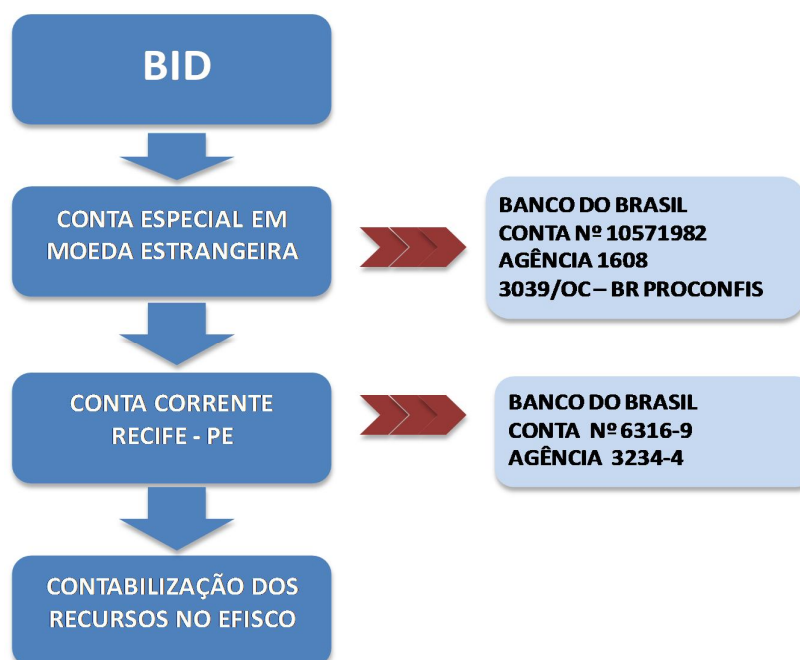
5.1. Registros contábeis

O Órgão Executor mantém um adequado sistema de controles internos contábeis e administrativos. A movimentação dos recursos financeiros alocados ao Programa encontra-se inserida juntamente com a contabilização das ações do Estado, que mantém sistemas contábeis, orçamentários e de gestão financeira, através da ***Solução Corporativa para Gestão Estadual - e-FISCO*** de acordo com os padrões de contabilidade pública estabelecidos no Brasil, com base na Lei Federal nº 4.320/64, para registro de contas de acordo com consistentes padrões contábeis utilizados, aceitáveis pelo Banco.

Esse sistema somente reflete as transações realizadas em moeda local, não permitindo: registros em dólares norte americanos; acumulação dos saldos desde o início do Programa; contabilização por componentes; elaboração direta dos demonstrativos financeiros do Programa, e demais informações gerenciais de controle do Programa, conforme exigidos pelo Banco.

Desta forma, os demonstrativos estão sendo elaborados, para adequada formatação e apresentação ao BID, com base nas informações extraídas do “e-FISCO”.

FLUXO FINANCEIRO. SAÍDA DE RECURSOS EM DÓLAR DO BID E INTERNALIZAÇÃO NAS CONTAS DO ESTADO.



Conforme o Artigo 7.01 das Normas Gerais, o Executor mantém uma contabilidade onde registra em contas segregadas a movimentação dos recursos do Projeto.

Evidenciamos nos registros contábeis o valor movimentado na conta bancária do Projeto, constatando o ingresso do valor desembolsado pelo **Banco** referente às duas parcelas do Contrato.

5.2 Documentação

A documentação que dá suporte aos registros da movimentação financeiras se encontra arquivada na Secretaria de Fazenda e o acompanhamento das ações do Projeto **na SEPLAG-PE**.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8



Jorge Luiz Ferreira Moraes
Contador
CRC-RJ- 043.479/O-2

Rio de Janeiro,
15 de agosto de 2014.